

# Troca de conhecimentos Brasil-África: O que dizem os decisores políticos da África?<sup>1</sup>

Cristina Cirillo, Livia Maria da Costa Nogueira e Fábio Veras Soares<sup>2</sup>

**No âmbito do projeto “Brasil e África:** A Luta contra a Pobreza e o Empoderamento das Mulheres através da Cooperação Sul-Sul”, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) promoveu uma troca de experiências de cooperação entre o Brasil e os países africanos no que se refere à proteção social e à segurança alimentar e nutricional. Entre junho e agosto de 2015, o IPC-IG convidou formuladores de políticas africanos das áreas de proteção social e segurança alimentar e nutricional para participar de uma discussão *online* e de uma pesquisa sobre a cooperação entre os respectivos países e o Brasil. O objetivo principal foi avaliar os resultados das atividades de intercâmbio de conhecimentos e aprendizagem nas citadas áreas. As informações levantadas nessas discussões foram contextualizadas por Cirillo et al. (2016). Neste *One Pager*, é apresentado um resumo das principais conquistas e desafios desse processo, bem como algumas sugestões dos participantes sobre como tornar essa troca de conhecimentos mais eficaz no futuro.

Ao todo, 48 representantes de ministérios africanos encarregados de programas de proteção social e segurança alimentar e nutricional em 24 países participaram da pesquisa e/ou da discussão *online*.

Tais participantes mencionaram a contribuição dos representantes brasileiros para os eventos em que os países africanos começaram a definir a proteção social como um direito humano e também para a conscientização sobre o uso da cooperação Sul-Sul para a consecução de objetivos comuns. Segundo os diversos participantes, a troca de conhecimentos com o Brasil é considerada “crucial para a evolução da proteção social” em seus países, reiterando a confiança no papel das transferências de renda na redução da pobreza. Além disso, o engajamento do governo brasileiro motivou o compromisso de líderes sêniores da África com o fortalecimento dos sistemas de proteção social.

De acordo com os representantes africanos, as principais lições aprendidas no intercâmbio com o Brasil foram: i) o papel fundamental das políticas e programas de proteção social na erradicação da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional; a importância de intervenções coordenadas por meio de um cadastro centralizado; ii) a necessidade de regulamentar e reconhecer os programas de proteção social na legislação; e iii) a necessidade de haver um compromisso por parte das instituições governamentais de alto escalão de garantir sistemas de proteção social fortes e resistentes.

Os resultados do levantamento e da discussão *online* confirmam que a troca de conhecimentos entre o Brasil e a África compreende um conjunto de diferentes intercâmbios e iniciativas de aprendizagem, e não um plano de ação estruturado de longo prazo. Todos os representantes relataram alguma participação em atividades de troca de conhecimentos, por exemplo, visitas de estudo, *webinars* ou seminários internacionais, com a participação de funcionários e/ou especialistas brasileiros. Eles reconheceram a importância dessas iniciativas de aprendizagem e estão ansiosos por continuá-las. Ficou claro que os países foram motivados pelos resultados positivos alcançados no Brasil, por meio das políticas e programas de proteção social e segurança alimentar e nutricional. Esse intercâmbio com o Brasil inspirou a concepção e a implementação de instrumentos similares em países africanos.

Constatou-se que diversos programas de transferência de renda na África foram inspirados pela experiência brasileira. Em particular, o Programa *Livelihood Empowerment Against Poverty* (LEAP) em Gana, a Política Nacional de Proteção Social no Quênia e o Programa de Transferência de Renda em Cabo Verde receberam apoio de instituições brasileiras durante suas fases de concepção. A experiência brasileira com programas de alimentação escolar inspirou iniciativas semelhantes em Níger, Zâmbia, Lesoto, Gana e em outros países, com o apoio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentação (PMA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Foram implementados, ainda, pilotos do programa *Purchase from*



*Africans for Africa* na Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal pela Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFome) do Brasil, com o suporte do PMA, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e de organizações bilaterais, como o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID).

Conforme observações dos participantes, vários instrumentos utilizados em seus programas de proteção social e segurança alimentar e nutricional também foram inspirados pela experiência brasileira, graças a visitas de estudo e seminários internacionais (vários deles com o apoio do IPC-IG, Banco Mundial, UNICEF e PMA), mas fora de um quadro programático formal de cooperação bilateral. Exemplos incluem o Programa de Transferência Condicionada de Renda em Madagascar, o Programa de Transferência Social na Mauritânia e o Cadastro Único no Lesoto.

Vale ressaltar que os países africanos também relataram a inspiração e a influência de outras características específicas do sistema de proteção social brasileiro, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); a forma como o Programa Bolsa Família (PBF) implementa suas condicionalidades; o fato de que as mulheres são as principais beneficiárias dos benefícios pagos pelo programa; e sua estrutura de pagamento, em que os benefícios variam de acordo com a composição demográfica da família.

Os representantes também relataram que a cooperação com o Brasil enfrenta vários desafios, tais como: barreiras linguísticas; a falta de um arcabouço legal e formal para a implementação da cooperação técnica; recursos limitados; e dificuldades na adaptação das ferramentas brasileiras aos diferentes contextos sociais e econômicos e a arranjos institucionais distintos. Portanto, eles anseiam por acordos bilaterais formais e mais estruturados no futuro – na forma de projetos de cooperação Sul-Sul – para receberem apoio técnico formal dos ministérios brasileiros e continuarem promovendo as iniciativas atuais de troca de conhecimentos. No entanto, foi reconhecido, com veemência, o papel fundamental do governo brasileiro na promoção de políticas e programas de proteção social e de segurança alimentar e nutricional como formas de erradicar a pobreza e a fome nos países africanos.

**Referência:**

CIRILLO, C.; L. Da Costa Nogueira; SOARES, F. V. "The Brazil–Africa Knowledge-Sharing on Social Protection and Food and Nutrition Security." *Working Paper* 143. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016.

**Notas:**

1. Esta publicação é parte do projeto apoiado pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID): "Brasil & África: combatendo a pobreza e empoderando as mulheres por meio da Cooperação Sul-Sul".
2. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG).